“ O DEFENSOR DO POVO ”

VIDA E MORTE DE UM JORNAL

José Nivaldo Junior

Curso de Mestrado em História — UFPE

UMA VOZ INSATISFEITA

O aparecimento do jornal “O DEFENSOR DO POVO” e a linha editorial seguida por ele, em seus primeiros números, refletem a insatisfação e, ao mesmo tempo, perplexidade, de um determinado segmento das camadas médias urbanas de Pernambuco, no último quarto do século passado, ante as grandes transformações conjunturais que se processaram na vida nacional — notadamente a Abolição da escravatura e a Proclamação da República.

Certamente abolicionista e republicana, levada por seu desvinculamento com os meios de produção fundamentais da época e por outras circunstâncias políticas, culturais e ideológicas a acalentar uma visão utópica do processo político nacional, estes setores apegaram-se à idéia primária, mas frequentemente observada em situações similares, de que a Abolição e a República seriam como que panacéias, capazes de resolver todos os males sociais e políticos.

Entretanto, o processo que levou a conjuntura nacional a desaguar na Abolição e na República desenvolveu-se quase que inteiramente à revelia das camadas médias urbanas de Pernambuco, prescindindo da sua colaboração, desprezando qualquer influência decisiva de sua parte.

Desse modo, quando se procederam as modificações institucionais, não foram levados em consideração os ideais de correção das injustiças e distorções político-econômico-sociais, cuja implantação implicaria mudanças estruturais de profundidade — coisa que os que fixaram os caminhos da República não estavam dispostos a realizar.

Menos de dois anos depois de proclamada a República, os acontecimentos eram por demais flagrantes para que não se desvanecessem as ilusões dessa camada urbana. Então, ainda sem compreender perfeitamente o que se passava, mas sentindo-se marginalizada e asfixiada, lança um grito de protesto. Entretanto, a fragilidade da sua posição na estrutura sócio-econômica da época (o mesmo motivo que determinou seu afastamento do processo antecedente) condenou este protesto a se perder no vazio, afogado nas próprias contradições, desorientado pela falta de perspectivas. Exauriu-se melancolicamente, sem encontrar quem o acolhesse e propagasse fora dos estreitos limites delineados por segmentos insatisfeitos das camadas médias urbanas do Recife.

A falta de consistência ideológica dessa camada urbana insatisfeita — gráficos, alfaiates, barbeiros, funcionários públicos, — fica evidenciada em "O DEFENSOR DO POVO". Ao mesmo tempo, temos uma demonstração de imaturidade para o exercício de uma ação política consequente. Se era seu propósito ditar normas de ação, ele se frustrou a partir da incapacidade para definir-se ou mesmo situar-se a respeito da situação nacional e, mais ainda, como relação aos fatos concretos, aos acontecimentos políticos do dia a dia. O jornal não foi utilizado para fazer proselitismo em sentido estrito, para estimular os leitores a ações práticas, com objetivo imediato.

Aliás, mantém em todos os números uma profunda separação entre as conceituações políticas que frequentam os editoriais e as demais secções — caracterizadas quase sempre, desde o primeiro número, por desvinculação com interesses políticos. Não localizamos no Arquivo Público do Estado mais que oito dos dezenove números conhecidos de "O DEFENSOR DO POVO". O jornal apareceu pela primeira vez em 18 de junho de 1891, no Recife, trazendo estampada sob o título a epígrafe "Órgão Popular". Pretendia circular duas vezes por semana, em dias indeterminados, custando o número avulso 20 réis e a assinatura mensal 200 réis. A corriqueira afirmativa "as publicações de interesse particular serão feitas por ajuste e pagas adiantadamente", incluída no expediente, deixa antever que os interesses políticos conviviam com objetivos comerciais. De acordo com o longo expediente do primeiro número, os negócios relacionados com a redação deviam ser tratados com Sebastião Guedes, Eleutério Escobar e Manuel do Sacramento, "sendo os dois últimos responsáveis". O jornal aceitava colaboração "de acordo com o programa".

No volume Diversos Jornais, 34 4569, do Arquivo Público do Estado, estão guardados os cinco primeiros números de "O DEFENSOR DO POVO", que constituem a única seqüência documental que nos permite acompanhar, passo a passo, a evolução do jornal. Aliás, estes exemplares, ao número 12, entretanto, várias modificações pelo paciente pesquisador Luís do Nascimento, que a eles não se refere na "História da Imprensa em Pernambuco". Nascimento faz alusão, apenas, aos números 1, 12, 18 e 19, que se encontram em envelope avulso, no Arquivo Público.

Curioso é que em sua curta existência, "O DEFENSOR DO POVO" seguiu três rumos editoriais diversos. Até o número 5, podemos identificar uma linha de certo modo harmônica, embora contraditória em muitos aspectos, pontilhada daquela inconsistência ideológica a que nos referimos. No número 12, entretanto, várias modificações tinham-se operado: embora fossem mantidas as quatro páginas originais, o tamanho aparecia ampliado, a publicação passara a ser semanal e a assinatura oferecia várias alternativas — mensal, 350 réis; semestral, 2 mil réis; anual, quatro mil réis — o que demonstra autoconfiança e sensível ampliação da expectativa de existência e estabilidade.

Do expediente já não constava os nomes de Sebastião Guedes e Manuel do Sacramento, aparecendo como proprietário Eleutério Escobar. Sintomaticamente, já não

constava a epígrafe "Órgão Popular". Isto revela que as modificações não se limitavam aos aspectos gráfico-formais, pois golpeavam o principal elemento definidor do objetivo inicial da publicação.

Não é possível afirmar com precisão o momento exato em que se processaram estas modificações. Luís do Nascimento dá a entender (História da Imprensa em Pernambuco, vol. VI, p. 321) que elas se verificaram mesmo quando do número 12. A nós, contudo, não pareceu que assim tenha sido. Tamanhas mudanças, com certeza, exigiriam esclarecimentos aos leitores e assinantes através, quando menos, de uma nota explicativa. Não só esta nota inexistiu no número 12 como a própria linguagem empregada transmite a impressão de que o redator não esperava da parte dos leitores maior reação de surpresa ante as novidades apresentadas pelo jornal.

Faltam-nos elementos para tentar um esboço de como evoluiu o jornal enquanto Eleutério Escobar foi seu proprietário, desde que tivemos em mãos somente um exemplar deste período. Sua consulta permitiu, apenas, a detecção da mudança de rumo editorial.

Esta segunda fase do período teve seu caso em 5 de outubro de 1891, quando já havia circulado o número 17. A propriedade foi então passada a Tito Franco, que fez circular os dois últimos números conhecidos de "O DEFENSOR DO POVO", a 12 e 19 de outubro, respectivamente. Com Tito Franco o jornal afasta-se totalmente dos seus princípios originais.

O QUE É O POVO?

Sem dúvida, era muito difícil precisar o que constituía o "povo" na época em que circuiu a publicação que ora abordamos. A tarefa é espinhosa até para nós, hoje em dia, em virtude das filigranas conceituais que envolvem qualquer definição desse tipo. Referindo-se àquele período, Gilberto Amado chega a afirmar que "o povo não existia nem podia existir, apesar de tanto encher a boca dos políticos" (Cit. por Leôncio Basbaun, História Sincera da República, V. 1.)

Se acolhemos esta opinião é no intento de ressaltar as dificuldades a que nos referimos acima. É inegável, também, que muito contribuiu para tornar a questão ainda mais nebulosa o oportunismo retórico e o fácil apelo a recursos demagógicos que quase sempre orientaram — e orientam — a abordagem de temas como este. O que, inclusive, repercute com indesejável frequência em trabalhos acadêmicos que comprometidos com o rigor terminológico acabam costumeiramente infiltrados por conceitos do senso comum.

Não é pois de admirar que os primitivos redatores do jornal estivessem mais próximo da idéia vaga e genérica e mais beirassem a imprecisão do que a definição.

Vestindo deliberadamente o manto de órgão popular, com nítidas veleidades políticas, os redatores não chegaram a elaborar um programa explicitando seus objetivos. Impunha-se, portanto, a definição do que o jornal entendia por povo, o que esclareceria, consequentemente, quem eram seus defendidos. Esta exigência foi percebida pelos responsáveis, que prepararam para o número de estréia o artigo "O que é o Povo?". Nem assim conseguiram assumir uma posição claramente definida. Em resumo, o artigo lastima o estado de abatimento em que se encontrava o povo, lamenta que tenha sido republicano sem consulta, refere-se à ambição, aos déficits, aos impostos, à autocracia, às greves precipitadas, à carestia e ressalta a passividade do povo diante de tudo isto. Ao apontar esses fatores que, se não definiam, pelo menos integravam o quadro político-social da época, o articulista se mantém muito distanciado da intenção conceitual sugerida no título.

Deixando de lado a tentativa de definição de povo, articulada então sem êxito e

não mais retomada, tentaremos chegar aos objetivos e ao ideário do jornal por outros caminhos.

"O DEFENSOR DO POVO" demarca para suas incursões um terreno excessivamente vasto e ambicioso: propõe-se a "defender e discutir todas as questões políticas e sociais (editorial n.º 1), uma afirmação que só pode, complacentemente, ser entendida como arroubo de entusiasmo do editorialista. Desde o primeiro número, não se verifica a existência de um maior esforço para concretizá-la. Além das reuniões da Sociedade União Progressista Central das Artes e Congresso Artístico Operário de Pernambuco, entidade, ao que tudo indica, estreitamente vinculadas ao jornal, é noticiada a eleição do **cidadão** Barão de Lucena (o grifo é do jornal) para o Governo de Pernambuco. Este assunto será retomado no número seguinte num ácido comentário de poucas linhas onde se diz que a eleição representa "eterna vergonha do povo de Pernambuco".

Em sua terceira aparição, "O DEFENSOR DO POVO" arrisca-se de modo um pouco mais ousado a descer a prática, comentando um problema que envolvia a Empresa de Obras Públicas e seus operários. Critica, então, o protecionismo, a admissão de pessoal inabilitado e a dispensa de trabalhadores capacitados, além da perseguição movida contra "os pobres operários que caem infelizmente sobre (sic) os caprichos do cidadão engenheiro".

Essa é a única acolhida expressa a reivindicações diretamente relacionadas com interesses operários que se faz em suas páginas.

Embora a ainda débil e pouco representativa camada operária de Pernambuco tivesse certamente lugar garantido dentro dos impreciosos limites do que o jornal entendia por "povo", os redatores não tinham posição bem definida a respeito dos seus direitos, interesses, aspirações e do papel que a ela cabia representar dentro da sociedade da época. A inclusão de "greves precipitadas" na relação dos males que afligiam o povo, reflete esta indefinição e se constitui em interessante subsídio para estudo mais amplo que alcance a situação do operário industrial e o interrelacionamento entre as diversas camadas sociais nos fins do século passado.

O jornal declara-se decidido, também, a "se esforçar pelo desenvolvimento das classes laboriosas do Estado", "sem afetar interesses desta ou daquela classe" (editorial n.º 1). Apesar de ser a única publicação, no período, a se colocar clara e decididamente, em Pernambuco, em contraposição aos poderosos interesses dominantes — o alvorecer da República não foi muito rico em pequenos jornais contestadores — o defensor do povo evita uma abordagem da sociedade a partir de uma perspectiva da divisão das classes sociais.

A ótica do jornal, por outro lado, revela-se fundamentalmente urbana. Em nenhuma oportunidade menciona as amplas massas recém emergidas da escravidão. Sem dúvida, numericamente, esse contingente representava uma parcela ponderável da força de trabalho então disponível em Pernambuco. Um setor dessas massas, é certo, continuou nos latifúndios, ancorada em miserável situação; outro, afluiu progressivamente para as cidades, onde passou a desempenhar o papel de permanente reserva de mão-de-obra, sempre em disponibilidade, passível de ser explorada em troca de um salário a nível de subsistência. Temos aqui uma quantidade substancial dos oprimidos de então, marginais ou quase marginais urbanos, que não merecem a atenção de uma linha sequer nos números que dispomos d' "O DEFENSOR DO POVO".

AS MAZELAS DO POVO

Além dos fatores já mencionados, aparecem apontadas expressamente nos primeiros cinco números, como causas das mazelas do povo: a ignorância (n.º 1), a falta de socialismo (n.º 2), a sobrevivência no poder de homens e vícios do antigo regime (n.º

3 e 5), a espoliação dos seus direitos pelos fidalgos e potentados (n.º 4). Nenhuma alusão a situação econômica; nenhuma análise sobre o latifúndio, problema que meio século antes, já merecia as atenções da brilhante inteligência de Antonio Pedro de Figueiredo. Isto para citar apenas um dos grandes problemas da época que, por sua dimensão, tornava-se impossível não ser percebido, mesmo a olho nu, e cuja solução interessaria ao povo, fosse mais ou menos elástico o conceito adotado pela publicação.

Um dos clichês cultivados com o maior carinho pela intelectualidade de então era atribuir à ignorância um significativo peso na origem dos males sociais. Durante anos, a Escravidão e o Império foram apontados como principais responsáveis pelos problemas sócio-econômico-políticos que castigavam o Brasil. Com a República, novos bodes expiatórios tinham que ser encontrados: a ignorância assume o papel. Começava a se consolidar um dos mitos prediletos da "classe média" brasileira, que sobreviveria, cada vez mais fortalecida, ao longo do nosso século.

Outro elemento heterogêneo nas posições assumidas nos primeiros números do jornal: no editorial do n.º 2, após afirmar que o povo não passava de "um manso cordeiro entre os lobos", sujeito aos "maiores vilipêndios" e a sofrer "calado e impassível", aponta como causa disso "a falta de socialismo", acrescentando: "só pelo socialismo poderá (o povo) ser digno deste nome".

Embora idéias socialistas já fossem conhecidas e divulgadas em Pernambuco desde os meados do século, inclusive através de jornais combativos e panfletários, eram, como certeza, vagas as referências que os redatores possuíam a respeito do seu arcabouço doutrinário. Inclusive a afirmativa aparece solta e não foi desdobrada, não se fazendo ao assunto sequer uma alusão posterior.

No número seguinte é a situação nacional que centraliza as atenções do editorial. Aliás, o desencanto com a República surge evidenciado com frequência em linhas e entrelinhas. Vejamos: "No momento atual em que o espírito nacional abatido e enfraquecido pelo jugo das humilhações... Modeladas como estão as nossas instituições ao regime anacrônico e atrofiador do servilismo... republicano sem consulta (o povo) vive sacrificado no sacrilégio altar da ambição" (n.º 1) "o que temos é uma monarquia disfarçada de República! A troupe é a mesma, os papéis são diferentes" (n.º 3); "é impossível haver... um só homem que não lamente a miséria e a decadência que têm chegado a este País... Tudo vai mal na atualidade" (n.º 4).

O editorial do número 3 ocupa-se mais detidamente com o problema. A nova ordem — diz o jornal — herdou males, vícios, homens do Antigo Regime. Campeavam o filiotismo, o compadresco, o suborno, a fraude, os espancamentos e assassinatos de cidadãos, a administração capciosa e venal. O fôlego d' "O DEFENSOR DO POVO", no entanto, esgota-se nestas investidas de denúncias. Quando chega a hora de apontar alternativas, não faz mais que alinhavar palavras de efeito: "não desanimemos, nós, o povo oprimido, havemos de chegar à nossa salvação que é a salvação da pátria". Na ocasião de sugerir o que fazer, conclui evasivamente: "Por hora, nos limitemos a dizer Basta".

No número seguinte é afirmado que a salvação "para o problema da nossa vida está ao alcance de todos, sendo contudo obstado por aqueles que se alcunham de salvadores da pátria, que oprimem e expioram o povo". Este editorial é concluído, de maneira diversa dos precedentes, com uma ameaça: "este povo derrubará mais tarde o tempo soberbo onde se formulam diariamente novos planos de perseguição". A declaração significaria um passo bastante audacioso no sentido da fixação de diretrizes para uma ação política, não fosse o fato de significar tão somente um fecho de ouro e não ir além, portanto, do âmbito inconsequente da mera frase de efeito.

O editorial do número 5 repete apelos anteriores, denuncia o déficit, a perseguição,

a fraude eleitoral, o amordaçamento da consciência e conclui apelando — ainda de forma vaga e imprecisa — para que o povo “cumpra o seu dever”. Foi o último apelo que se guardou da primeira fase do jornal.

Apesar das contradições que abrigou, da fragilidade ideológica que deixou transparecer e de não ter atacado objetivamente os grandes problemas do tempo, “O DEFENSOR DO POVO” guardou, até então, certas características específicas, como a combatividade, a crítica à ordem republicana estabelecida; abrigou, em suma, o pensamento de uma camada claramente insatisfeita, ansiosa por mudanças em profundidade.

O JORNAL MUDA DE RUMO

Os três números que nos restam — o 12, o 18 e o 19 — estão bastante distanciados desses pressupostos. Nota-se flagrantes transformação no núcleo de interesses do jornal. Deslocaram-se os alvos de suas investidas, a linguagem perdeu o tom ardoroso, que às vezes roçava o panfletário. O jornal denota estar perfeitamente acomodado dentro da situação política, econômica e social, pois não deixa transparecer qualquer sintoma de desagrado ou oposição.

O editorial do número 12, por exemplo trata de problemas ligados ao estreitamento de relações entre o Brasil e a França, por ter o governo francês proibido a emigração de seus cidadãos para o Brasil

Já a secção “Útil e Agradável”, em artigo assinado por Tito Franco, apregoa a necessidade da difusão do ensino. França Alemanha e Estados Unidos são elogiados por proporcionar meios para a educação popular, através de bibliotecas e museus. “O banimento da ignorância, principalmente entre as classes proletárias, sentencia o autor, é o melhor mais eficaz meio de progredir”.

É este mesmo Tito Franco quem dirige os dois últimos números do jornal. O seu nome aparece ligado a várias outras publicações da época — “A Imprensa” (1891), o “Jornal do Domingo” (1893), “a Revistinha” (1893), ao “Almanaque das Artes e Literatura para 1895”. É na apresentação de “A Imprensa”, jornal do qual Franco integrou o quadro de redatores, que vamos encontrar elementos que nos permitem compor uma definição dos seus objetivos jornalísticos. O jornal dizia em seu programa que seria “o novo campeão completamente imparcial”, noticiaria os acontecimentos com “justiça e sensatez” tendo como lema “instrução e liberdade”. Se Tito Franco tivesse escrito um programa para “O DEFENSOR DO POVO”, estes seriam, certamente, itens indispensáveis. Sob seu comando o jornal refugiou-se na omissão, no alheamento, e agitou entusiasticamente a bandeira da instrução — para que melhor exemplo de “sensatez” e “imparcialidade”?

O editorial do número 18, comenta o projeto de construção de uma estrada de ferro ligando o Recife a Valparaíso. Um amontoado de palavras que quase atinge as raízes do surrealismo — depois de dizer, a certa altura, que não acredita na exequibilidade da obra, nem na boa vontade do governo, conclui fazendo votos para que ela seja executada

Ainda nesta edição, a secção “Comunicados” aborda o problema do crédito agrícola e denuncia suas condições onerosas e prejudiciais aos produtores. O eixo de interesses de “O DEFENSOR DO POVO” deslocara-se definitivamente. Os problemas invocados dizem respeito a outra camada social. São os proprietários de terras, prejudicados com as condições que os bancos impunham para concessão de empréstimos que esbravejam, lamentando a situação dos devedores, “sujeitos ao arbítrio de seus todo poderosos credores, obrigados a vender o açúcar para onde determinasse o banco”. Reivindica o artigo a introdução de aparelhos aperfeiçoados na atividade agrícola, como meio de melhorá-la. Denuncia que os empréstimos e concessões para o estabelecimento de usinas, “aproveitam a poucos e não beneficiam a toda a classe”, (grifo nosso).

Este era um protesto dos senhores de engenho, grandes proprietários rurais, eles também perplexos diante das profundas transformações econômicas que assistiam desfilar sob seus olhares impotentes: o poder econômico escapava-lhes das mãos, o arcaísmo dos métodos tradicionais de cultivo pesava negativamente na balança da produtividade, as condições de crédito eram asfixiantes. Sentiam-se especialmente ameaçados pelas usinas que "não estando ao alcance de todos, beneficiam a poucos". Sentem-se então latentes as contradições que mais tarde, aguçadas, estiveram a ponto de gerar explosivos conflitos: a sentença de morte contra o banguê estava lavrada. O senhor de engenho, deslocado da sua posição de detentor da estrutura industrial de transformação da cana, iria sentir na pele as inconveniências de ser um fornecedor tributário. Na época, iludia-se ainda, supondo que o processo modernizador não tivesse o alcance que, de fato, trazia em embrião; ou, como o autor do comunicado, pretendia que as usinas beneficiassem toda a classe. O que revela a contemporânea incompreensão da dinâmica que, nos fins do século passado, presidia a introdução do capitalismo na agro-indústria açucareira.

Possivelmente este comunicado foi uma daquelas publicações "feitas mediante prévio ajuste e pagamento adiantado". Não há qualquer referência quanto à autoria ou procedência. De qualquer forma, é bastante significativo, não somente como testemunho de um complexo processo de transformações econômicas e sociais, como também da mudança de rumos do jornal. A partir das modificações de seu projeto inicial ele já ganhara confiança no âmbito das camadas dominantes, a ponto de ser eleito por um grupo insatisfeito como veículo para suas reivindicações.

O editorial do número 19 tinha como título "influência da Educação sobre o Crime". Foi um fecho certamente nunca imaginado pelo grupo que se reuniu para redigir o número inicial que, liricamente, propunha patrocinar "a justa e santa causa dos oprimidos que se contorcem nas agonias de um lutar incessante".

Embora no decorrer de suas edições o jornal modifique a maneira de se referir ao povo, aqui esta palavra já assume uma conotação quase pejorativa. O povo é olhado de cima para baixo, com desprezo, desdenhosamente. O editorial diz que os males do povo devem ser salientados para que se alcance a sua correção, discorrendo: "por isto é que descobrimos no povo uma tal inclinação para a perversidade que se não houver corretivo enérgico, ver-se-á o cidadão (grifo nosso) na necessidade de garantir a vida por meio de armas... Note-se a nítida contraposição entre o "cidadão" ameaçado e o povo ameaçador. As pessoas "da baixa esfera" não mereciam sequer simpatias — eram um perigo a neutralizar.

"O DEFENSOR DO POVO" refletia, ainda aqui, o pensamento de determinado setor das camadas médias da época. Não daquele segmento que originalmente patrocinou o jornal mas de um outro, mais conservador, cujo ideário aproximava-se bastante das camadas dominantes, especialmente da burguesia em consolidação. Ao invés de exigir reformas em profundidade, a publicação, agora, solicita o "auxílio paternal do Governo" para fornecer ao povo a educação e evitar, desse modo, a sua inata "inclinação para o mal".

O contraste com as primeiras edições chega a ser chocante. O pensamento agora cristalizado no jornal correspondia a um grupo satisfeito, em linhas gerais, com a situação do País. Um grupo que ambicionava, é certo, seu lugar ao sol, mas que via possibilidades de consegui-lo dentro dos próprios quadros do sistema, tal como ele se apresentava. Era nas águas do sistema, pois, que "O DEFENSOR DO POVO" navegava.

A PIQUE

Por que o jornal naufragou?

Inicialmente, devemos assinalar que a maioria das publicações da "imprensa pe-

quena" da época tiveram vida breve, sendo raros os órgãos desse tipo que conseguiram sobreviver por mais de um ano de existência contínua. São notórias as dificuldades que, ainda hoje, cercam os pequenos jornais. Assim, a existência fugaz de "O DEFENSOR DO POVO" não constitui surpresa.

Em segundo lugar os bons anunciantes da época, que consolidavam o alicerce publicitário das publicações, mantiveram-se afastados de suas páginas. Apesar disso, "O DEFENSOR DO POVO" atraiu o apoio de determinados anunciantes, sensibilizados pelo fato provável de verem suas opiniões estampadas nas folhas da publicação, e que acorreram a ele como torma de dar apoio e prestígio.

No primeiro número, toda a última página era ocupada por um anúncio da Typographia da União Progressista Central das Artes, onde o jornal era impresso mas já no número seguinte era relativamente farta a colheita de anúncios; anunciavam dois alfaiates, dois assistentes, dois escrivãos da Fazenda do Estado, um barbeiro e cabeleireiro, uma loja de máquinas para costuras, um relojoeiro, um serralheiro-maquinista, um marmorista e cantéio.

Com pequenas variações — aparecem uma modista, uma casa de roupas para homens (com uma só publicação) e artistas "de diferentes classes" — esta composição manteve-se estável até o número 5. Os anunciantes guardaram fidelidade ao jornal enquanto sua linha permaneceu coerente com a proposta primitiva.

Em geral são ainda os mesmos anunciantes que aparecem no número 12, àquela altura, o público original da publicação ainda não se dispersara, pois as modificações eram recentes, distando, no máximo, uns dois números.

No decorrer da segunda fase do jornal, verificou-se a debandada dos anunciantes. No número 18, apenas um anúncio — de uma carvoaria — aparece no jornal. A inexistência de uma coleção completa nos impede de acompanhar o ritmo que preside essas alterações e impossibilita verificar se a desistência ocorreu abrupta ou parceladamente. O certo é que a deserção ocorreu, tendo como resultado final a total extinção do quadro de anunciantes da primeira fase.

Nota-se que o último proprietário desenvolveu um esforço para revitalizar e diversificar a parte comercial. Aparecem no número 19, inclusive, notas necrológicas, congratulações, etc. Mas a situação financeira atingia limites demasiadamente críticos e este esforço, mesmo somado a uma mais intensa campanha de assinaturas, seria insuficiente para garantir a subsistência do jornal.

E não só as atribuições financeiras castigavam "O DEFENSOR DO POVO". Um empregado roubou vários tipos da gráfica, obrigando a palavra Defensor aparecer na última edição abreviada para "DEF:".

Se as lacunas documentais não nos permitem verificar as razões que determinaram a primeira mudança no rumo do jornal, não temos dúvida em afirmar ter sido a crise financeira o determinante da segunda mudança e do encerramento das atividades. Mas não somente isto.

No seu ocaso, comercialmente estrangulado pela fuga dos anunciantes, assimetricamente posicionado com relação aos objetivos iniciais, "O DEFENSOR DO POVO" esvaziara-se. As idéias que ele patrocinava tinham em outros jornais do tempo, mais poderosos e melhor estruturados, divulgadores e defensores bem mais eficientes.

Fitava-lhe uma razão de ser.